

As relações amorosas na contemporaneidade

Regina Steffen A contemporaneidade tem sido palco de um tipo de vínculo afetivo que aponta para o fim do padrão de conjugalidade que tínhamos como modelo.

Essa verdadeira mutação ocorrida na relação amorosa é decorrente da mudança no paradigma da modernidade, cujos ideais intensificaram-se de tal forma que já se torna lícito denominar estes nossos tempos de “hipermodernos”.

Um dos marcos incontestes da modernidade foi a Revolução Francesa, que, com os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, decretou o fim do antigo regime monárquico, inaugurando a democracia. O poder agora dimana do povo e por ele é exercido.

Com o Rei deposto e morto o lugar do representante do Pai legislador está vago. Tanto é assim que nos primeiros tempos revolucionários, a barbárie se impõe, ameaçando a sustentação do pacto social. São tempos de franca fraternidade em seu pior sentido, aquele que revela a tensão agressiva enquistada numa sociedade exclusivamente de irmãos, sociedade de relações horizontais entre iguais.

Em termos macro-sociais, o Estado de Direito pouco a pouco se organiza. Na vida íntima e doméstica do homem moderno, também uma nova organização desponta. Lá dentro de casa, no recém-inaugurado território privado, o pai de família passa a ocupar o lugar deixado vago pela deposição do Rei. Nasce a família patriarcal.

Por força do fascínio perverso do exercício do poder, o pai da família patriarcal, de representante da Lei que regula o pacto social, passa a legislador tirano. Os ideais modernos retrocedem no âmbito privado. As relações de poder na família não são de igualdade, tampouco há liberdade para mulheres e crianças. Obediência ao homem é para elas questão de sobrevivência. Dentre os muitos poderes que o pai de família detém, um deles é o de determinar o casamento de seus filhos. A conjugalidade é, então, ditada por interesses econômicos e de classe. O amor não é seu eixo organizador.

O século XIX é testemunha dessa situação falaciosa, na qual o pai é o rei de seu pequeno feudo, cabendo à mulher o título meramente decorativo de “rainha do lar”. Cem anos foram o bastante para que os ideais modernos de liberdade e igualdade, recalcados na vida privada, começassem a se manifestar. O retorno desse recalcado se dá na forma da histeria, o grande mal daquele final de século.

As mulheres são as porta-vozes dessa verdade da qual Freud será o arauto. A partir da escuta das histéricas, Freud inventa um método capaz de revelar a verdade por muito tempo varrida para debaixo do tapete da casa burguesa: o pai está morto. O verdadeiro pai da Lei é o pai morto. O pai de família está submetido a ele, tanto quanto os demais membros. Sua autoridade, a partir daí combalida, começa a se enfraquecer. É o início do fim do patriarcalismo.

Sem a força da tirania patriarcal, os ideais modernos conhecem novo florescimento, desta vez, no próprio seio da vida privada. Um dos sinais de liberdade crescente é o casamento que, pouco a pouco, passa a ser decisão dos interessados, e não mais dos interesses da família. O amor romântico é agora o responsável pela conjugalidade. Ele promete o encontro fusional de duas almas gêmeas, que então conhecerão o infinito prazer dos sexos que se completam num orgasmo simultâneo. Quem escolhe agora o parceiro é o coração, não mais o pai.

É fácil ver que um ideal tão sublime quanto esse do amor romântico, não se poderia atingir. A promessa sobre a qual o casamento se assenta, certamente fracassará.

Mas, não costumamos abrir mão facilmente de nossos ideais, principalmente se eles nos prometem o paraíso ainda em vida. Assim sendo, mesmo inexequível, o ideal do amor

romântico tinha que ser mantido. O recurso utilizado para essa manutenção foi a instituição do casamento indissolúvel. Para tanto, tratou-se de limitar a liberdade de escolha afetiva. Todo mundo era livre para escolher apenas uma única vez, depois acabou a liberdade. Ou seja, o amor romântico se sustentava justamente na recusa ao gozo de seu ideal. Se um novo amor surgisse, melhor seria recusá-lo, pois assim restava a certeza de que teria sido possível. Essa situação precária não tardaria a desmoronar. Foi o que ocorreu a partir da segunda metade do século passado com os grandes movimentos sociais (contracultura, feminismo), movimentos libertários que exigiam igualdade. As conquistas desse período produziram uma intensificação extrema dos ideais da modernidade, inaugurando assim a chamada hipermoderneidade. Agora a liberdade é obrigação, muito mais que direito. A igualdade, também obrigatória, torna a diferença proibida.

Grande incremento à igualdade foi dado pelo movimento feminista, que aliado às conquistas tecnológicas e científicas, lançaram a mulher numa posição de poder total sobre sua capacidade reprodutiva, tornando a presença do homem completamente dispensável no intercurso sexual fecundante.

O patriarcalismo que vinha perdendo poder acabou definitivamente. O lugar do Pai voltou a ficar vago, agora com um agravante dado pela impossibilidade lógica de o homem vir a instalar-se aí plenamente. Afinal, como ser o representante de uma diferença que já não existe? Como ser o representante da Lei que interdita a completude, se à mulher parece não faltar nada?

Impossibilitado de ter acesso a esse lugar simbólico, o homem já não amadurece, preso numa adolescência sem fim. A mulher também sofre as consequências dessa situação. Embora se queixe da imaturidade afetiva do homem, tampouco ela chega a concluir seu destino sexual. Se os homens não amadurecem, as mulheres, por sua vez, já não envelhecem e assim, também elas eternizam o ciclo adolescente de novos amores sempre a recomeçar. Para tanto, precisam manter seus corpos sempre jovens.

O casal contemporâneo enterrou definitivamente o amor romântico e o que ele comportava de recusa ao gozo.

O amor que hoje sustenta essas relações fugazes, bem merece ser chamado de amor espetacular. Não por representar um espetáculo de respeito e consideração de um pelo outro dos parceiros, mas por ser feito para ser mostrado. É um amor que vale por seu poder de dar-se a ver e deve durar o tempo de uma encenação. A identidade do sujeito contemporâneo está à mercê da imagem que ele puder produzir para o outro ver, uma vez que os lugares simbólicos da subjetividade estão sem representatividade.

A conjugalidade é estruturada hoje pelo gozo efêmero da paixão. O gozo, antes recusado, é agora renovado compulsoriamente.

O cenário parece desalentador, mas os arranjos anteriores só muito ilusoriamente puderam representar uma condição desejável.

Sempre houve, e sempre haverá um mal-estar inerente à condição humana. Somos seres estruturados em torno de uma falta que nos condena a um desejo irrealizável, daí certo grau de infelicidade perene. Embora haja uma tendência a descrever a hipermoderneidade com tons brutais e exagerados, analisar o passado pela lente dourada da idealização, constitui imperdoável ingenuidade.

Cada época da história propõe um desafio à infinita capacidade humana de inventar soluções para o mal incurável de ser humano. A contemporaneidade é mais um desses convites à inovação. Vejamos o que seremos capazes de criar.

Membro analista da Associação Campinense de Psicanálise. E-mail: regina.steffen@gmail.com